

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CAMPO, NO SÉCULO XXI, E OS DESAFIOS PARA O TRABALHO *

ANTONIO THOMAZ JÚNIOR**

1 Apresentação

As novas territorialidades que estão sendo engendradas pelo metabolismo do capital e que repercutem no processo social como um todo, especialmente para a esfera organizativa do trabalho, é o que nos ocupa. Isto é, compreender aspectos importantes do processo

* Este texto contém os resultados parciais do Projeto “Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho”, sob nossa responsabilidade e financiado pelo CNPq, nas alíneas PQ/2B, e Universal.

** Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNES/Presidente Prudente; pesquisador 2B/PQ/CNPq; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) < www.prudente.unesp.br/ceget >. E-mail: thomazjrgeo@prudente.unesp.br

social que (re)definem o metabolismo do capital e as mutações no universo do trabalho.

O aprendizado fundado nos diversos assuntos sobre a temática do trabalho tem como parâmetro teórico-metodológico, apreender o trabalho por meio da “leitura” geográfica, sob duplo nível de existência. De um lado o metabolismo da relação homem x natureza e, de outro no âmbito da regulação espacial, mas por dentro da dinâmica territorial dos processos espaciais imanentes que se materializam nas configurações geográficas¹.

¹ Pudemos desenvolver esse assunto em “Por uma Geografia do Trabalho”, ver: Thomaz Júnior, 2002; e “O Mundo do Trabalho e as Transformações Territoriais – Os Limites da ‘Leitura’ Geográfica”, ver: Thomaz Júnior, 2003a.

Assim, o movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do metabolismo do capital e sua expressão nos lugares.

É através desse movimento dialético e das mediações teóricas requeridas, que faremos do trabalho um tema permanente para a Geografia, ou para a Geografia do trabalho, um campo de investigação centralmente focado para o entendimento da estrutura de poder e do controle social exercidos pelo capital sobre a sociedade e, em particular sobre o trabalho. O que entendemos por Geografia do trabalho² é que não se trata de constituirmos mais um recorte disciplinar, ou uma nova corrente na Geografia.

É por dentro da dinâmica da luta de classes que nos propomos apreender os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no campo sobre o trabalho, particularmente, os limites que obstaculizam a “leitura” orgânica do trabalho para além da fragmentação territorial, que restringe o universo da classe trabalhadora aos rígidos limites do estranhamento das corporações sindicais e associativas. Ou seja, o exercício do poder do capital se estende para todo o tecido social, impactando, portanto, não somente as relações específicas à atividade laborativa, mas todas as esferas do ser que trabalha, ultrapassando o momento da produção, ganhando a dimensão da reprodução da vida, a subjetividade da classe trabalhadora, as formas de organização política.

2. Introdução

Compreender o trabalho, no campo, no Brasil, para além da fragmentação corporativa e territorial, referenciada nas “determinações” do

² Refletimos sobre esse assunto em diversos textos da nossa produção. Ver: Thomaz Jr., 2002c, 2003a, 2003b, 2004a.

regramento sindical³, nas lutas por melhores salários, pelo cumprimento dos acordos coletivos de trabalho, pela Reforma Agrária, requer que reconheçamos que as mesmas não dialogam entre si. Isto é, se expressam somente no patamar das fronteiras previamente delimitadas pelas formas de externalização do trabalho: assalariados, sem-terras, camponeses, etc.

É importante que possamos, por meio das pesquisas, demonstrar ser possível compreender tanto as formas de existência fragmentada do trabalho (por exemplo, as corporações sindicais), quanto, conseqüentemente, as cisões nas vias de

*É por dentro da
dinâmica da luta
de classes que nos
propomos
apreender os
desdobramentos
da reestruturação
produtiva do
capital no campo
sobre o trabalho*

comunicação entre elas, como forma de apontarmos o restabelecimento da “leitura” orgânica do trabalho, questão central para as nossas pesquisas. Há uma complexa trama de relações que requer, para ser entendida, que consideremos a plasticidade existente entre as

diferentes formas de externalização do trabalho, ou os efeitos do não entendimento da plasticidade rompida.

No entanto, devemos apelar sempre para o mundo do trabalho real e não para os limites da academia ou ao seu horizonte institucional, pois na qualidade de intelectual orgânico, temos que direcionar nossas críticas ao metabolismo do capital. Esse assunto ganha mais clareza com o desenrolar das investigações e das nossas ações junto aos pesquisadores das demais áreas do conhecimento, do nosso convívio profissional.

³ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

Isto porque a realidade é uma totalidade concreta, um complexo de complexos, como nos lembra Lukács, e o que recortamos para estudar, por exemplo o trabalho, como sendo Geografia do trabalho, Economia do trabalho, Sociologia do trabalho, são abstrações, são construções disciplinares.

Sabendo, pois, que tudo isso expressa uma ordenação e sendo o espaço a categoria da ordem e a territorialidade sua materialidade, nos colocamos a entender o significado das localizações por dentro do metabolismo do capital, que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho. Ou seja, tanto no âmbito da produção (do trabalho) quanto da reprodução (da moradia, do convívio social), o capital influencia decisivamente a práxis social dos trabalhadores, marcada historicamente pela fragmentação do trabalho da totalidade social.



A esse respeito, pensamos que é no interior do processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que podemos reconhecer o conteúdo do metabolismo social do capital, que faz com que sociedade e natureza e as mediações que governam essa relação dialética sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual. Ora mais ênfase à relação homem-meio, ora à organização espacial, a tecitura da sociedade vai sendo construída, sendo que o trabalho enquanto ato teleológico

redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico.

Assim, a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações.

3. Processo Social e Trabalho

A já longa luta dos trabalhadores que tem nos campos sua inserção para o trabalho e/ou a moradia, ao colocar em questão o poder e o controle exercidos pelos proprietários de terra, latifundiários, capitalistas e o Estado, seja por meio das ocupações de terra, de prédios públicos, caminhadas, atos públicos, greves, paradesiros, etc., estão acrescentando ao aprendizado da luta de resistência e à qualificação da consciência de classe, novos elementos para a classe trabalhadora.

De modo geral, o capital amplia e acentua, neste começo de milênio, seu arco de efetivação enquanto relação social, não mais restrita ao mundo fabril e nos *impõe* que consideremos um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho. Concentrando-nos, por ora, na amplitude e na complexidade da questão do trabalho sob o capitalismo, especialmente com amparo nas recentes pesquisas, podemos admitir que a sociabilidade contemporânea, muito mais fetichizada do que em períodos anteriores, reafirma a *lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias*⁴ ancoradas, pois, na vigência do trabalho estranhado.

⁴ Cf. MÉSZÁROS, 2002.

Assim, é imprescindível lembrarmos das articulações entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, e suas diversas externalizações, especialmente o Fórum Social Mundial (FSM), nas três edições realizadas no Brasil⁵. Somos partidários, de que se trata de um campo de discussões de importância vital para a reflexão/construção de referenciais para o conjunto dos trabalhadores do planeta, considerando um arco amplo e complexo de entidades ideologicamente afinadas à correntes marcadamente de esquerda.

No entanto, poderíamos destacar o FSM (Fórum Social Mundial) como aglutinador de uma possível

somar forças ao sentimento crítico anti-capital

Internacional Camponesa, tendo em vista a representatividade das organizações camponesas que, em torno da Via Campesina, constroem vínculos e legitimidade mundial enraizados em referenciais emancipatórios, apesar de descolados do chamamento mais geral em torno da classe trabalhadora.

Até do ponto de vista simbólico isso de maneira geral, tem significado especial para os trabalhadores, mas sobretudo, porque esse poderá ser um flanco por onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho, ou seja, poderemos apreender as diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego, etc., a fim de focar a noção de (des)pertencimento de classe. Essa é uma nova janela que se abre para nós pesquisadores, como forma de, efetivamente, nos colocarmos presentes diante das

contradições que perpassam o universo do trabalho no Brasil, pretextando somar forças ao sentimento crítico anti-capital.

A práxis que acreditamos ser o procedimento mais correto para apreendermos essa complexa trama de relações e de mediações, também é o recurso para compreendermos as mutações internamente ligadas ao universo do trabalho. Mais do que isso, está em questão captarmos as formas geográficas de externalização do trabalho, por meio de um movimento duplo, a um só tempo: a plasticidade existente entre as diferentes externalizações do trabalho (assalariados, camponeses, sem-terras, seringueiros, informais, desempregados, etc.), e as capilaridades entre as esferas da convivência em sociedade (social, política, econômica, cultural, etc)⁶.

Então, de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado), e por outro lado do capital (grande proprietários de terra, latifundiários, capitalistas), e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), têm-se os elementos centrais e conceitualmente estruturantes das diferentes formas geográficas. Assim, o trabalho diante delas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês), desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas ou improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe, e níveis diferenciados de consciência de classe.

Dessa forma, estaríamos colocando em questão a fluidez com que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora, no

⁵ A irradiação dos pressupostos desse evento se reproduz em diversos locais do planeta, inclusive no Brasil, recentemente em Belo Horizonte, no Equador, na Nicarágua, sendo que a 4ª versão do Fórum foi realizado na Índia, em janeiro de 2004.

⁶ Cf. THOMAZ JR., 2004a.

campo, no Brasil, extrapolando os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, cortador de cana; colhedor de algodão; servente de pedreiro na construção civil; metalúrgico e em outros tempos, temporada, ser ocupante de terra, segurança, motorista, catador de papel e papelão, camelô, etc.

Podemos ponderar, também, tendo por base nossas investigações e os trabalhos que são portadores dos nossos pensamentos, que a Luta pela Terra não se restringe ao universo da existência camponesa⁷. Esse mesmo trabalho, expressão das clivagens oriundas da divisão técnica/territorial é, então, a chave, para recolocarmos em questão o controle social exercido pelo capital e pelo Estado, os modelos de organização social vigentes e os paradigmas organizativos dos trabalhadores, esses fortemente fundados nos pressupostos dos setores dominantes.

Com isso, queremos afirmar que nossa compreensão de classe trabalhadora é mais ampla. Portanto, não se restringe somente aos trabalhadores proletários (urbanos e rurais) ou subproletarizados, no limite, mas a um conjunto de expressões do trabalho que inclui os trabalhadores avulsos, temporários, diaristas, seringueiros, pescadores, camponeses com pouca terra e que lutam por terra, etc., e que enriquecem e pluralizam a noção do sujeito social que trabalha.

A esse respeito, é importante ponderar que, *enxergar* o camponês no Brasil significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho. E não somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda* com a exclusão, como exemplarmente alardeado pela grande imprensa e os intelectuais de plantão do planalto, mas que além de ganhar em quantidade com a complexificação, e com a heteroginização do trabalho, sobretudo por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também

posições políticas afinadas, historicamente, com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à ruptura dos valores culturais da família.

A própria formação do campesinato brasileiro, nos exige atenção para reflexões teoricamente orientadas para a compreensão de sua especificidade geográfica. Marcado pela intensa mobilidade espacial e pelo acesso a terra historicamente bloqueado, o campesinato, no Brasil, fez com que sua luta para entrar na terra, seu desejo de enraizamento, tenha sido o registro de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem feudal, portanto, parcelar do tipo europeu.

Dessa forma, a noção de classe social não se resume à sua dimensão dada somente pela objetividade, mas nos remete a um amplo espectro de subjetividade, sinalizado pelas esferas da política, da ideologia, pelo universo

*a Luta pela
Terra não se
restringe ao
universo da
existência
camponesa*

reflexivo, ou como nos dizia Marx, pela *atividade humana sensível*, e tudo isso são desafios de grande importância e significado para a busca do sentido de pertencimento e da consciência de classe, consequentemente

para a luta emancipatória da classe trabalhadora.

Isso vale, internamente, aos segmentos mais afeitos às “imposições” do regramento corporativo-sindical, e para aqueles que entendem que a Luta pela Terra e por melhores condições para produzir no campo são assuntos previamente delimitados e restritos aos interesses corporativos dos trabalhadores do campo. Mas vale também, externamente, aos segmentos dos trabalhadores que estão inseridos nas atividades urbanas, que são entendidos como distantes do universo societal que compreende o campo.

⁷ Desenvolvemos essa idéia em diversos textos. Ver: Thomaz Jr., 2002c, 2003a, 2003b, 2004a.

Assim, as demandas por melhores salários, condições de trabalho, Luta pela Terra e política agrícola, comparecem em horizontes distintos e diametralmente opostos. Isso repercute na própria constituição e estruturação das entidades de representação dos trabalhadores inseridos na lavra rural, como também na dificuldade de interlocução com os demais segmentos de trabalhadores urbanos.

Portanto, o movimento sindical e operário ao defender melhores salários, redução da jornada, participação nos lucros e nos resultados, etc., e os movimentos sociais populares, particularmente as frações envolvidas com as temáticas da Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, da moradia, da educação, do gênero, etc., não vinculam essas esferas da luta com o referencial da luta mais geral dos trabalhadores. Assim, cada reivindicação tem sua esfera de identificação fragmentada, territorial, corporativa e socialmente, etc.⁸

Dessa forma, o trabalhador não associa o sindicato com a luta por uma escola de qualidade no seu bairro, tampouco questiona as relações de trabalho na associação de bairro. Isto é, o viver e o trabalhar estão separados nas práticas de luta e de vida, ou ainda, há um hiato entre a vida dentro e fora do trabalho⁹.

*o viver e o
trabalhar estão
separados nas
práticas de luta e
de vida, ou
ainda, há um
hiato entre a
vida dentro e fora
do trabalho*

O argumento utilizado tanto para defender quanto para atacar a existência dos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR)¹⁰, pode ilustrar essas barreiras à compreensão da plasticidade interna ao trabalho. Se para alguns o fato de representar assalariados e pequenos proprietários é argumento para mostrar ineficiência, esse mesmo aspecto é entendido como destaque da *força integrada dos trabalhadores do campo*¹¹.

Diante disso, o referencial que adotamos nos permite visualizar o desenho societal dos trabalhadores sem terra no Brasil, como produto de uma complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta de resistência, de ocupação da terra e pela Reforma Agrária, tais como: posseiros; atingidos por barragens; pequenos produtores desarticulados da estrutura oficial dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's); Sindicato dos Empregados rurais (SER's); Sindicato dos Trabalhadoras da Agricultura familiar (SINTRAF's); seringueiros; índios; pescadores artesanais; Movimento Nacional das Mulheres trabalhadoras Rurais (MNMTR), hoje Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST); Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); Movimento de Luta pela Terra (MLT); etc.

A dupla dimensão dos nossos estudos a respeito das diferentes formas de manifestação do trabalho no campo, tanto no âmbito da materialidade metabólica, quanto da regulação social/espacial (do controle do capital), nos têm possibilitado compreender algumas facetas das contradições do mundo do trabalho.

A título de exemplo, poderíamos abordar as fragmentações que ocorrem internamente ao

⁸ Pudemos desenvolver essa questão em Thomaz Júnior, 2001 e 2003a.

⁹ Essa questão foi investigada de forma muito profunda por Fernanda Keiko Ikuta, na sua dissertação de mestrado "A Questão da Moradia para Além de Quatro Paredes", sob nossa orientação e defendida em junho de 2003.

¹⁰ Esse assunto foi investigado e abordado por nós na tese de doutorado. Mais detalhes ver: Thomaz Jr., 2002.

¹¹ Expressão utilizada por dirigente da FETAESP, em entrevista realizada em janeiro de 2003.

trabalho, produto das dissensões internas à FETAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo). A seqüência que inicia em 1989 com a criação da FERAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo)¹² é reforçada com a entrada em cena da FAF (Federação da Agricultura Familiar) e dos SINTRAF's (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), em 2000, no âmbito da CUT, e ainda as discussões que embasaram as tentativas de criação da FERCANA¹³ (Federação dos Empregados Rurais no Setor Canavieiro do Estado de São Paulo) e da FERULCASP (Federação dos Empregados Rurais da Lavoura Canavieira do Estado de São Paulo), em 2001.

Esse processo de fragmentação, marcado por dissensões políticas, ideológicas, e também de cariz pessoal, internamente ao movimento sindical, reflete tão-somente a magnitude das fissuras existentes, que não começam e nem tampouco terminam nos limites das filiações dos sindicatos às centrais sindicais.

Sem contar que comparecem em cena outras movimentações que partem da Federação dos

Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Estado de São Paulo e da FERAESP, com o propósito de sinalizar um campo de discussão marcado pelo desejo de juntar os interesses dos trabalhadores da canavieira, em São Paulo, mas formulações ainda restritas ao produto principal (no caso do álcool)¹⁴. Na mesma direção do que já se sinaliza em Pernambuco através da FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco); no Acre nucleada pelas lideranças dos STR's; as cooperativas vinculadas às Reservas Extrativistas, no Acre, no âmbito da CUT; a Federação dos Trabalhadores Rurais do Centro-Oeste, contendo os pequenos proprietários familiares e assalariados.



Iniciativa das mais nobres, não é, pois, acompanhada de discussão e de trabalho político nas bases sindicais, historicamente fragmentadas em diversas atividades e identificadas pelas corporações sindicais. Portanto, a perspectiva de junção dos trabalhadores, encimada na concepção de ramo,

¹² Esse assunto foi objeto da nossa tese de doutorado. Ver: Thomaz Jr., 2002b.

¹³ A impugnação da FERCANA em primeira instância motivou seus articuladores a propugnarem pela criação do Sintagro (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias). No entanto, depois de seguidas rodadas de negociações a FERAESP atraiu para o seu arco político os quadros da ex-FERCANA/Sintagro's, particularmente seu expoente maior, Mauro Alves Silva, sob o argumento de que "essa foi a melhor maneira de neutralizar essas ações políticas, e fazer valer a idéia do Sintagro para o seu campo político de intervenção". Ou seja, juntar os trabalhadores da agroindústria numa única entidade sindical.

¹⁴ As primeiras reuniões e as discussões acumuladas, até o momento, pelos dirigentes dessas duas corporações sindicais apontam também para a formulação da cadeia produtiva agroalimentar e financeira, que incluiria setores mais amplos do que somente o álcool ou até o açúcar.

aliás, apontamento ainda desconhecido para os trabalhadores brasileiros, poderá se consumir como referência. No entanto, somente o transcorrer histórico nos revelará isso.

A idéia em torno da qual está nucleada a junção dos trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira, em São Paulo e também em Pernambuco, não insere na pauta a questão da unificação orgânica dos trabalhadores, tampouco formulações que contenham enunciados críticos em relação ao processo oposto de fragmentação.

Nesse processo de disputas políticas que registra as fissuras internas e os desejos de junção de segmentos de trabalhadores, também comparece em cena, especialmente no início dos anos 1990, a Luta pela Terra que, não se restringe somente à seara do MST e dos demais movimentos de Luta pela Terra, mas de algumas entidades sindicais diretamente ligadas à organização dos trabalhadores assalariados, especialmente à cana-de-açúcar, como é o caso de alguns SER's ligados a FERAESP, da FETAPE, em Pernambuco, FETAGRI, no Mato Grosso do Sul.

4. Reestruturação Produtiva e Reorganização Territorial do Trabalho

A tentativa de compreender os significados e a magnitude do processo que fundamenta a reorganização territorial do trabalho no campo poderá nos fornecer pistas sobre o conteúdo polissêmico do trabalho e, conseqüentemente, para compreendermos seus sentidos no campo, diante das redefinições expressas pela contradição cidade-campo. Também nos põe cuidadosos em relação às mediações e aos desdobramentos para as entidades de organização dos trabalhadores, sejam no âmbito sindical, associativo, etc., sendo que os aspectos limitantes que impedem a "leitura" do trabalho para além das fragmentações e junções (corporativas) e territoriais fundadas no metabolismo societal do capital, nos coloca frente a frente com a estrutura social mais geral.

As investigações direcionadas para apreendermos os desdobramentos territoriais da reestruturação produtiva do capital no campo, têm nos indicado o conteúdo das ações do capital e do Estado, e os desdobramentos para o trabalho e para a classe trabalhadora: intensificações da mecanização, política de desenvolvimento rural em detrimento de Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e de pagamento.

Esses níveis de determinação e as relações sociais que mediatizam o desenvolvimento das forças produtivas materiais e o processo metabólico do capital, nos permitem apreender que a identificação que o trabalho, já fragmentado corporativamente (em profissões identificadas¹⁵ com as dimensões da divisão técnica), tem com o território, é referenciada nos limites das determinações impostas pelo regramento jurídico-político¹⁶.

*novas formas
de gestão e
controle do
trabalho pelo
capital*

As conquistas alcançadas pelos trabalhadores no (limitado) texto constitucional de 1988 estão seriamente abaladas por conta das iniciativas de desregular aspectos importantes do contrato de trabalho, como o *desnecessário* registro em carteira, em nome do barateamento do custo do trabalho, escudado pela campanha nacional "Custo Brasil", em nome da garantia de emprego, sendo que a segunda metade da década de 90 foi um dos

¹⁵ Como prescreve a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais detalhes, ver: Thomaz Júnior, A., 2000.

¹⁶ No projeto de tese de doutorado, concluído e, 1996, pudemos nos dedicar a essa questão, quando estudamos especificamente a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira em São Paulo e os desdobramentos para o movimento sindical. Mais detalhes, ver: Thomaz Jr., 2002a.

piores momentos para os trabalhadores brasileiros e para os tais empregos¹⁷.

Vale notar que, desde então, esse desenho histórico demarca claramente a transmutação do embate operário. Isto é, da dimensão salarial ganha rapidamente a dimensão da contestação do regime militar e autoritário de controle social, inclusive com potencialidades para alavancar um salto para a organização dos trabalhadores como classe antagônica ao capital, nos moldes da “revolução pacífica”, de Gramsci, o que ficou conhecido como *novo sindicalismo*. Da fase combativa para a fase hegemônica pelo neocorporativismo e pelo ideário da concertação social, apesar de haver alguns cuidados para precisar essa fronteira, pouco mais de mais 15 anos demarcam mudanças significativas do ponto de vista político, ideológico e organizativo da classe trabalhadora no Brasil, já no século XXI.

Os efeitos desses ajustes no metabolismo do capital estão intensificando a debilitação estrutural do poder dos sindicatos, associações, cooperativas e, em consequência, o acúmulo de forças dos trabalhadores assalariados, temporários, camponeses e demais segmentos e organizações. Esta é, como tudo indica, uma das principais causas da crise do sindicalismo nos países centrais a partir dos anos 1990 (EUA, Japão e Europa Ocidental)¹⁸ e também em países como o Brasil, a Argentina (com a

*estamos
diante de um
processo
histórico que
contradiz de
forma radical
o período do
ressurgimento
do movimento
sindical e
operário no
Brasil*

situação agravada a partir dos efeitos da recente crise que abate sobre os trabalhadores), e outros. Como afirma Alves (2000: 83): “O cerne essencial e determinante da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação produtiva do capital”.

No caso brasileiro, especialmente, as novas formas de gestão do trabalho na produção, ao capturar a subjetividade operária como elemento central da lógica do capital, debilita o ideário fundado nas estratégias de classe (ainda que de cariz corporativo), fomentando posturas sindicais neocorporativas e propositivas¹⁹, prevalecendo os interesses por empresas, por setores, e também fragiliza consideravelmente a capacidade de negociação e organização dos sindicatos. Podemos dizer que o capital não somente está roubando a subjetividade operária (ou o saber operário)²⁰, mas também sua alma, sua capacidade de indignação²¹.

Certamente, estamos diante de um processo histórico que contradiz de forma radical o período do ressurgimento do movimento sindical e operário no Brasil, no início dos anos 1980²². O amálgama de posições conciliadoras hegemônicas a sociabilidade presente no universo sindical brasileiro, repercutindo no cenário eleitoral, plasmando interesses outrora *radicalmente* divergentes, mas com sintonia fina na busca do resultado do pleito. É ao que se assiste diante das alianças que se processam entre o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos conservadores e liberais e, por via de consequência, entre a CUT e a Força Sindical.

Os ataques demolidores às organizações políticas dos trabalhadores são um desejo do capital e dos setores dominantes que se renova constante e fortemente nos dias de hoje. Em plena vigência da mundialização do capital

¹⁷ Cf. DIEESE, 2002.

¹⁸ Cf. ALVES, 2000; SANTOS (2001); MOREIRA (2001).

¹⁹ Cf. SANTOS, 2001; ALVES, 2000; ARAÚJO, 2002.

²⁰ Sobre essa questão ver: Antunes, 1995 e 1999, e Alves, 2000.

²¹ Cf. THOMAZ JR., 2003b.

²² Cf. ALVES, 1999.

(mundialização das operações do capital), ou como propõe Chesnais (1999), *financeirização do capital*, que os mais duros golpes aos trabalhadores e a todas as agremiações, instituições e relações sociais que manifestavam obstáculos à lógica da valorização do capital.

Em tempos de globalização, outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para ser decifrados, especialmente quando consideramos que o capital em seu processo de desenvolvimento histórico cria um mundo à sua imagem e semelhança, ou seja, sua mundialização vai caracterizar a *nova* etapa de internacionalização capitalista, sendo, pois, identificada também como um “processo civilizatório humano-genérico, um processo sócio-histórico, contraditório e avassalador, de instauração de uma nova economia e sociedade modernas” (ALVES, 2001, p. 28).

Isto é, as características espaciais desse processo é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes. Poderíamos até ponderar sobre um *novo* universo das confrontações e das diferenças radicadas no processo social²³ contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e conteúdos tático-estratégicos específicos.

Como sabemos, é a partir dos anos 1980 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é no princípio da década seguinte que atingiram nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos. No entanto, guardaram traço de semelhança em relação à busca da competitividade do capital e à adoção

de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis.

O alastramento das técnicas importadas do Japão e adaptadas consoante os desígnios do comando das empresas, tais como: CCQ's, (Círculos de controle de Qualidade) *kanban/just-in-time*, *kaizen*, TQC (*Total Quality Control*), foram se adequando às novas tecnologias microeletrônicas na produção, repercutindo tanto do ponto de vista da concorrência capitalista, quanto - e é o que nos interessa - na *nova* subordinação formaintelectual do trabalho do *savoir faire* à lógica do capital, que o fordismo desprezava, e às instâncias de organização política, que vivenciaram os desdobramentos da

*entender a
dinâmica
territorial da
relação
capital-
trabalho e as
demais
formas de
expressão da
luta de classes*

administração participativa ou de parceria, o sindicalismo de participação.

À escala universal, o toyotismo passa a mesclar-se às objetivações nacionais, ou seja, com outras formas de racionalização do trabalho, ou como se identifica como restrito, como parte de um processo contraditório de continuidade-descontinuidade com o taylorismo-fordismo, porém, procurando manter as novas necessidades da acumulação capitalista. Isto é, à base da manutenção dos ganhos de produtividade do trabalho para incrementar a acumulação do capital, o referencial produtivista que vigorou durante o século XX é mantido.

Nesse percurso, como já vimos, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as conseqüências para o trabalho, para a classe trabalhadora.

²³ Não é o caso de tecer afirmações, mas de atentarmos para as reflexões que Soja (1996), nos indica em “Third Space”, no que se refere à diferenças enquanto significado de poder que subjuga o território, o trabalho. Sugerimos consultar o capítulo “Exploring the Spaces that Difference Makes: Notes on the Margin”.

Por si só essa referência que regula a produção mercantil no capitalismo é o principal fundamento ou a essencialidade destrutiva da lógica do capital, o que se acentua em grande medida no capitalismo contemporâneo, o que levou Mészáros (2002) a desenvolver a tese da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas.

É importante destacar que a taxa

decrésciente de utilização gera uma cultura do desperdício, que por sua vez é uma das principais contradições que o capital encontra para sua realização. À medida que se torna necessário para o sistema sócio-metabólico do capital a elevação contínua do consumo para realização da valorização crescente do capital, estão dadas as condições para aumentar a capacidade de autodestruição. Essa tendência da taxa de utilização decrescente é um dos elementos centrais da reestruturação produtiva, e tem atuado eficazmente para ampliar a sobrevivência do sistema do capital, postergando o colapso do consumo *necessário* ao capital.

Vale notar que o caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva repercute diretamente sobre o trabalho, produzindo, pois, resultados diferentes para o conjunto dos países. Mas o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais, poderíamos apontar: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário,

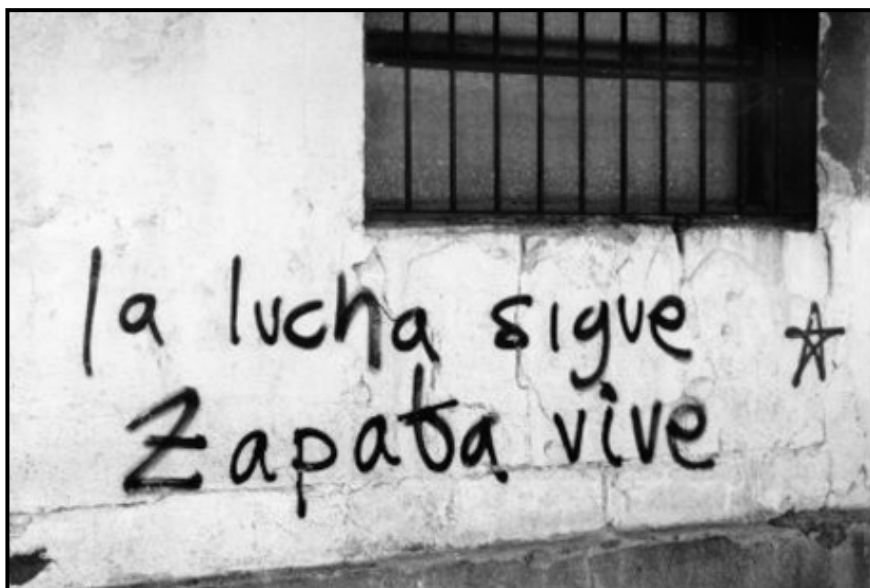
subcontratado, “terceirizado”; informal; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho,

através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas.

Os efeitos desse processo se fazem sentir de forma expressiva, de um lado, nas relações informais de trabalho, que não são simples depositárias de força-de-trabalho que atua autonomamente²⁴. Ao contrário, essa autonomia cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal.

5. Sentidos e Significados da Reestruturação Produtiva no Campo

É nessa linha de ação que o Estado brasileiro, amparado pelo pacto de classes que lhe dá sustentação política, protagoniza políticas em concordância aos interesses do capital, e as coloca em prática a fim de exercer o controle social. Então, ao mesmo tempo em



²⁴ Cf. MALAGUTTI, 2001.

que direciona a ofensiva destrutiva do capital para as reformas na legislação trabalhista, também atua para frear o poder de mobilização e confrontação dos trabalhadores envolvidos na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária.

Vale destacar também a agravante representada por alguns assuntos que povoam o momento histórico desse início de século XXI, no Brasil, mais propriamente a partir do governo Lula. A conjuntura atual desperta preocupações para os trabalhadores brasileiros de maneira geral, tendo em vista os assuntos que comparecem em cena no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho²⁵, e das reformas trabalhista e sindical, e previdenciária, que rondam o Congresso Nacional.

Nesse mesmo contexto podemos apreender ainda o imobilismo dos partidos políticos progressistas (PT, PC do B e PSB) e a CUT, em relação aos temas centrais para os trabalhadores, particularmente, a Reforma Agrária, a viabilização de assentamentos e a política de emprego no campo, pois evidenciam os vínculos, os interesses e os nexos que soldam as alianças políticas de sustentação do governo, já que são, por exemplo, em torno do *superavit* primário, do acordo com o FMI, às reformas, etc.

Assim, precarizado e complexificado, o mundo do trabalho expõe um cenário polêmico. Muito se fala do fim do trabalho, todavia é o emprego que está moribundo. Ou seja, com a diminuição do operariado industrial tradicional, temos ao mesmo tempo a desproletarização do trabalho manual, a

²⁵ O texto provisório já acertado entre os coordenadores do FNT e as três principais centrais sindicais (CUT, FS e CGT), contém três elementos centrais: prevê o fim do imposto sindical, o reconhecimento jurídico das centrais sindicais, e criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho de caráter *tripartite*. Diante da reforma ministerial, não estão previstas mudanças radicais ao texto original. Aproveitamos para indicar o texto “Unicidade Sindical: Uma Questão Tática para os Trabalhadores”, de autoria do professor Ariovaldo Oliveira Santos. Revista Pegada, Presidente Prudente, v.4, n.2, 2003.

heterogeneização, a subproletarização do trabalho. Sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, o que Beynon (1998) denomina de operários hifenizados²⁶, as marcas da precarização são ainda, mais expressivas.

*o metabolismo
do capital e
sua lei do
valor
necessitam
cada vez
menos do
trabalho
estável e cada
vez mais das
diversificadas
formas de
trabalho
parcial*

Importa afirmar que por conta disso há um aumento da classe-que-vive-do-trabalho em bases intensamente precarizadas.

É possível adiantar que o que deve ser considerado é que o metabolismo do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, *part-time*, subproletarizado, precarizado em suas diversas formulações.

Nesse aspecto, quando associamos o desemprego (inicialmente movido pela substituição crescente de trabalho não qualificado pelo qualificado), ao processo metabólico do capital, no momento atual, diante da tendência da “modernização” capitalista, o que se constata é que esse fenômeno se generaliza por toda a sociedade.

Seria o mesmo que dizermos que a sociedade contemporânea é movida predominantemente pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias e que o

²⁶ São aqueles que se enquadram em trabalho-parcial, trabalho-precário, trabalho-por-tempo, trabalho-por-hora.

trabalho abstrato cumpre o papel decisivo na criação de valores de troca. Então, quando se fala em crise do trabalho, está se falando da crise do trabalho abstrato. Sabemos, pois, que no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca.

Faz-se necessário qualificar a afirmação genérica de que há uma crise no trabalho ou uma crise na sociedade do trabalho. Ou seja, temos que esclarecer se se trata de uma crise da sociedade do trabalho abstrato ou se estamos diante de uma crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento central do intercâmbio social entre os homens e a natureza.

Em síntese, o trabalho, em todas as suas dimensões é, pois, a base fundante do autodesenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha.

Diante disso, não podemos concordar com a tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade²⁷, tampouco com o fim da revolução do trabalho. Isso, pois, enquanto perdurarem a sociedade capitalista e os elementos constitutivos da estrutura societária do capital, seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe trabalhadora.

*há uma crise
no trabalho
ou uma crise
na sociedade
do trabalho*

Nesse sentido, há avanços já revelados em “Território em Transe...”, que nos autorizam indagar: como desconsiderarmos para a explicação da luta dos trabalhadores assalariados no campo e dos conflitos sociais em torno da Luta pela Terra no Brasil, os elementos condicionantes do edifício social como um todo²⁸?

Ainda que esse processo esteja sendo ampliado com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da Luta pela Terra por parte dos movimentos sociais e também para a Reforma Agrária.

O cadastro do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para 2003, revela que 70.000 imóveis (1,6% do total), ocupam quase a metade (43,5%) da área cadastrada ou 183.000.000 de ha, sendo que quanto ao uso da terra e sua função social, apenas 30% da área dos imóveis foi como produtiva. No entanto, em relação ao total da área agricultável ou 850 milhões de ha, apenas 50 milhões de ha estão ocupados pela agricultura; 120 milhões de ha destinados às reservas indígenas; 110 milhões de ha com áreas de preservação, sendo que se estima que há de 100 a 200 milhões de ha de terras não cadastradas ou devolutas. Portanto, a magnitude da quantidade de terras que poderiam ser destinadas para a reforma Agrária não deve ser desprezada, tampouco justificar políticas compensatórias em lugar de projetos consolidados e específicos para tal fim.

O cuidadoso e instigante estudo de Oliveira (2000)²⁹, também nos mostra,

²⁷ Os autores que mais se destacam como defensores da tese do descentramento, são dentre outros: Gorz (1986), que exprime sua posição em adeus ao proletariado; Habermas (1984), em “Crítica a Razão Comunicacional”; Offe (1986), que defende a idéia da perda da centralidade do trabalho; Robert Kurz (1993), que polemiza com a idéia do fim do trabalho, mas mantendo posicionamento crítico de grande profundidade à sociedade do capital.

²⁸ Esse assunto foi abordado por nós em “Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil”. Ver: Thomaz Jr., 2001.

²⁹ Referimo-nos ao texto “Barbárie e Modernidade: O Agronegócio e as Transformações no Campo”.

amparado nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE), que são as pequenas unidades de produção que produzem a maioria dos produtos agropecuários³⁰.

Enquanto as pequenas representam 94,0% do número e 29,2% da área, se responsabilizam, considerando as lavouras temporárias: por 38,0% do rebanho bovino; 71,5% da produção do leite; 79,3% de ovos de galinha; 55,0% do algodão herbáceo; 78,5% do feijão; 92,0% da mandioca; 54,4% do milho em grão; 34,4% da soja em grão; 20,0% da cana-de-açúcar, sendo, pois, esse o único caso em que as grandes unidades (33,1%) superam as pequenas, com as médias representando 47,0%, assim como no caso do arroz em casca (42,7%), na soja em grão (43,7%); e na silvicultura³¹ à base de 65,3%,

Para os produtos oriundos das lavouras permanentes, as marcas em favor das pequenas unidades de produção também são expressivas: 76,0% do algodão arbóreo; 85,4% da banana; 70,4 do café em côco. Tudo isso reflete na superioridade das pequenas unidades de produção (56,8%) no valor da produção (animal e vegetal), e também nas *commodities* (laranja, café e cacau), enquanto as médias detêm 29,6% e as grandes 13,6%. Em relação ao pessoal empregado, essas grandezas se repetem, pois de um total de 18.000.000 de trabalhadores, as pequenas unidades representam 87,3% e as grandes apenas 2,5%.

É importante enfatizar que mesmo diante da superioridade das pequenas unidades, os latifúndios “escondem” a terra improdutiva, sabendo-se que, historicamente, o papel da grande propriedade no Brasil é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e

setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção, daí sua participação destacada no agronegócio. (OLIVEIRA, 2004).

Essa realidade todavia, deve ser compreendida considerando: a) as mediações que garantem o processo de reprodução do capital; b) a intensificação da mecanização do processo de trabalho e toda ordem e dimensão do controle social (formas recriadas que revelam a expropriação, a subordinação do trabalho); c) a apropriação da renda da terra pelo capital; d) a execução e extinção das políticas públicas, etc.

*mesmo diante
da superioridade
das pequenas
unidades, os
latifúndios
“escondem” a
terra*

Por esse viés podemos identificar as contradições que revestem e redefinem o agronegócio no Brasil, e que mistificam a existência de um campo moderno e um campo atrasado. A esse respeito, o *marketing* reforça os números que engrandecem o significado mercantil e econômico do agronegócio (como sinônimo da supremacia da produção para o mercado mundial), especialmente quando isso tem a ver com os setores que se responsabilizam pelas 123.000.000 de toneladas de grãos produzidas em 2003, com superávit na balança comercial (US\$24,8 bilhões), com destaque para as exportações do complexo soja (US\$7,8 bilhões)³², carnes (US\$4,8 bilhões), açúcar (US\$2,1 bilhões), madeira e suas obras (US\$2,0 bilhões), suco de laranja e fumo (US\$1,0 bilhão), etc.

Mais ainda, esse quadro que elucida o aporte produtivo da agropecuária e que mostra a superioridade da pequena unidade produtiva,

Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

³⁰ Considerando-se, pois, a classificação dos estratos de área da Reforma Agrária, ou seja: menos de 200 hectares (pequenas); de 2001 a menos de 2000 hectares (médias); e com mais de 2000 hectares (grandes).

³¹ Considerando-se carvão vegetal (67,8%), madeiras em tora (55,1%) e madeira para papel, (73,1%).

³² Essa denominação indica o conjunto das atividades do processamento da soja.

não pode ser entendido desconectado do processo social e, portanto, das referências e objetivos que guiam o maniqueísmo em torno do campo que se modernizou, porque se industrializou/urbanizou, e do campo que se mantém preso à subsistência e, portanto, fora do modelo de desenvolvimento.



Esse assunto também produz dividendos para a idéia de que a modernidade no campo permite que alguns acreditem que o campo acabou em vista da urbanização/industrialização crescente, o que não mais faculta falar-se em rural, ou ainda que não é mais exclusivamente agrário. Ou seja, o setor modernizado e compreendido como extensão da indústria, e o atrasado como facilmente descartável, ou no limite cumpridor de papéis sociais híbridos, mesclados e não

mais originais e específicos da lavra agrícola no rural. Isso redefine constante e intensamente a relação cidade-campo para o trabalho.

Em torno disso há compreensão de que esse *novo* rural ou *rurbano*³³ sugere que o campo acabou e que as atividades em tempo parcial e a pluriatividade passam a reger as relações de trabalho nele. Todavia, a esse respeito, compartilhamos compreensão com Carvalho filho (2001), quando assevera que a grande maioria dos trabalhadores rurais (com pouca terra ou acesso precário a ela, vive essencialmente das atividades agrícolas, complementando renda com outras atividades, o que via de regra sempre fez parte do conjunto das suas atividades.

Assim, mais do que qualquer outro momento da história, a questão agrária se identifica e contém elementos centrais da questão do trabalho, com os assuntos urbanos, etc.

Apesar desse assunto merecer atenção especial, nos nossos textos³⁴ temos defendido a idéia de que o campo deve ser entendido por dentro das contradições que demarcam a diferencialidade tecnológica, os conflitos em torno da posse da terra, a relação capital x trabalho, e as diferentes inserções dos agentes produtores no circuito mercantil, que identificam os objetivos, as expectativas e os retornos desejados, das crescentes somas de produtos de origem agropecuária que o país importa para garantir o abastecimento interno, por exemplo, o arroz (US\$180 milhões em 2003), o milho e o leite.

³³ Denominação que demarca no debate intelectual, acadêmico e trabalhista a formulação do professor José Graziano da Silva, em respeito da perda de importância das atividades agrícolas propriamente ditas no rural, no Brasil. Mais detalhes consultar o livro de José Graziano da Silva "O Novo rural Brasileiro". Campinas: Editora da Unicamp, 1999; e também o site: www.unicamp.br/rurbano

³⁴ Referimo-nos, particularmente a dois textos de nossa autoria: 1) Thomaz Jr., 2001, e 2003b.

Esse quadro nos mostra o conteúdo das contradições vinculadas historicamente na opção latifundista do período colonial, que foi capaz de resolver os interesses divergentes entre latifundiários, capitalistas e o próprio Estado. Enquanto em diversos países capitalistas, optou-se pela reforma agrária e por leis severas contra a concentração da terra, no Brasil, ao contrário, essa opção se distancia no horizonte, pois a propriedade e a posse da terra não têm vínculo exclusivo com a produção, mesmo sob a vigência de governos *democráticos*, ainda mais em época de governo *popular*.

Nesse sentido, as mudanças de orientação, que passaram a ser implementadas na década de 90, por parte do capital, do Estado e dos setores hegemônicos (burguesia agrária, latifundiários), com a participação decisiva do Banco Mundial³⁵, deixam rastros de destruição.

Na rabeira dessas mudanças de enfoque, a maioria das conquistas dos trabalhadores são eliminadas e/ou modificadas/fragilizadas, tais como: o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996 e hoje completamente esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR é simplesmente abolido depois de ter alcançado resultados importantes na assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), duramente fragilizado.

A estratégia de minimização do conflito em torno da posse da terra no meio rural, tanto em relação à prática das ações, quanto dos documentos norteadores da política fundiária e agrária do Estado, tem como único objetivo a construção de um consenso social amplo. O Banco da Terra, a Bolsa de Arrendamento são

as principais marcas que ainda garantem a vigência do Projeto Novo Mundo Rural.

Essa tomada de posição para o delineamento da questão agrária se expressa, concretamente, nos mais alarmantes atos de barbárie praticados pelo capital, pelos latifundiários, e pelos órgãos repressivos do Estado, sobretudo com os assassinatos de trabalhadores e lideranças, bem como a parcialidade da justiça em favor do latifúndio.

*Ficam
secundarizadas
e mesmo
desconsideradas
as questões
sociais
emergentes no
campo*

Enfatizando a participação da sociedade civil na gestão dos programas de desenvolvimento, os protagonistas desse projeto atraem a opinião pública e os trabalhadores para a tese de que a saída para a construção de um consenso entre todos os grupos sociais deve viabilizar o desenvolvimento socioeconômico harmônico e favorável para todos.

Então, a idéia do desenvolvimento rural³⁶ (local) seguido dos adjetivos humano, solidário, sustentável, etc., forja os elementos que vão soldar os interesses centrais da sociedade produtora de mercadorias, na qual subjaz a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social pelo capital.

Ficam secundarizadas e mesmo desconsideradas as questões sociais emergentes no campo, que se ligam à concentração da terra, de renda e de capital, pois a questão

³⁵ Já em 1993 o Banco Mundial, por meio do Relatório 11738-BR, de 27 de maio, momento em que anunciava o encerramento de algumas linhas de financiamentos, apontava também para a necessidade de o Estado mudar radicalmente sua postura diante da agricultura, pois os cenários apontavam para a retirada total ou para intervenções mínimas ou pontuais.

³⁶ Esse assunto foi cuidadosamente estudado por Jorge Montenegro Gómez, na sua dissertação de mestrado "Políticas Públicas de Desenvolvimento rural e o Projeto de reforma Agrária do MST no Noroeste do Paraná", desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, sob nossa orientação, e defendida em abril de 2002.

agrária não mais possui um caráter estrutural, como defende Martins (2001), ou não apresenta impasses ao desenvolvimento do capital.

Assim, se a questão agrária foi resolvida pelo capital e para o capital, a ponto da estrutura agrária não conter elementos que constituíssem obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo, não se estaria mais diante dos antagonismos de classe. De forma muito contundente Germer (2002) critica Martins (2001), por entender que a discussão sobre a questão agrária deve priorizar o entendimento da dinâmica das relações entre as classes sociais, sendo, pois, esse, um dos elementos centrais e não o que identifica sua proposta, como algo exclusivamente vinculado à “leitura” da questão agrária para o capital ou à classe burguesa. É importante notar que esse antagonismo de classe, supostamente superado pela consolidação do capitalismo, não é substituído pela harmonia entre as classes sociais, tampouco pela dissolução das mesmas, mas sim por novos antagonismos de classe.

Daí, por exemplo, a banalização da Reforma Agrária, a ponto de ser esquecida das prioridades de governo e das políticas públicas, tal como assistimos em relação à demora e à desmobilização em torno da publicização do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sua aceitação no âmbito do governo e aprovação no Congresso Nacional. Sem contar o distanciamento que o governo mantém dos movimentos sociais envolvidos, historicamente, na Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Brasil, em todo o processo preparatório do PNRA³⁷.

³⁷ Esse assunto foi abordado por nós em “Jogo de Cena e Poder de Classe no Brasil do Século XXI: O Território Minado para o Trabalho”. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 3, n.1, jun., 2003b.

Nesse sentido, a repressão e a violência que engordam as fatídicas estatísticas das torturas, dos assassinatos, dos desaparecimentos de camponeses e lideranças sindicais no campo, bem como o comprometimento da maioria do poder judiciário com os imperativos do capital e do latifúndio, não fizeram desaparecer o envolvimento e a luta dos trabalhadores, sintonizada com o desejo do acesso à terra, à Reforma Agrária, às melhores condições de trabalho, ao cumprimento dos direitos trabalhistas, às denúncias de trabalho escravo, etc.

Então, se a agricultura capitalista, referenciada no modelo da modernidade e dos requisitos do agronegócio, se expressa tanto na *grandiosidade* das supersafras, como também retrata o suporte dos mais elevados coeficientes de concentração da terra e de riquezas do planeta, não é de se espantar a crueza da barbárie imperante. A título de exemplo, poderíamos destacar o desemprego no campo, que já se compara aos elevados níveis urbanos, (colocar vírgula antes e acrescentar sendo que só em 2003 foram encerrados aproximadamente 2.500.000 postos de trabalho, como também, os conflitos no campo que crescem ano a ano, saltando de 880 em 2001, para 925 em 2002, e até agosto de 2003, 536. Sem contar as mortes, ou mais propriamente assassinatos, como demonstram os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ascenderam de 29 casos em 2001, para 43 em 2002, e até agosto de 2003 mais de 30 trabalhadores haviam sido eliminados fisicamente num país que se denomina democrático e de todos.

Outra forma importante de expressão da dominação de classe, em relação a Luta pela Terra, está a cargo dos meios de comunicação³⁸. A esse respeito as pesquisas

³⁸ Esse assunto está sendo investigado pela mestranda Sônia Maria Ribeiro de Souza, que desenvolve o Projeto de Pesquisa “Discursos em conformto no território da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema: MST e

têm nos mostrado alguns aspectos em relação aos mecanismos ideológicos da construção da linguagem da imprensa, intrínsecos às ocupações de terra e as diferentes dimensões do conflito social manifestas territorialmente no Pontal do Paranapanema.

Nesse particular, a adequação da linguagem ao juridicismo, o que nos revela o comprometimento da imprensa³⁹ com a formulação da imagem do MST como fora da lei, ilegal, ilegítimo. Isso, pois, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem da justiça como instituição acima do bem e do mal, conferindo-lhe o verniz da imparcialidade e neutralidade, também reforça as estruturas de poder⁴⁰.

Essas relações de poder também podem ser visualizadas quando dirigimos nossas atenções para refletir a dialética da produção e reprodução de relações sociais de gênero presentes na dinâmica territorial da Luta pela Terra, particularmente os acampamentos e assentamentos, enquanto formas concretas da organização espacial do MST no Pontal do Paranapanema.

Por dentro das relações de poder, e sendo o gênero uma das expressões, as diferenças entre homens e mulheres construídas social e historicamente, rebatem diretamente nas formas geográficas, e está nos possibilitando compreender os desdobramentos da interlocução entre gênero, classe e território⁴¹.

imprensa”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da FCT/UNESP/P. Prudente, sob nossa orientação.

³⁹ Especificamente o Jornal O Imparcial, sendo, que o Jornal Folha de São Paulo também foi incorporado ao universo a ser pesquisado.

⁴⁰ A esse respeito, gostaríamos de indicar dois textos em co-autoria com Sônia Maria Ribeiro de Souza: 1) “O Discurso Jornalístico e o MST: O Fato e a Interpretação”. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru, ano 8, v.1, n.22, mai. ago., p. 37-48, 2002; 2) “Imprensa, Construção dos Sentidos e ‘Leitura’ do Território de Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema”. *Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, ano 13, n.30, jun., p.177-181, 2003.

⁴¹ Há dois projetos nesse sentido: 1) “Luta pela Terra sob o Enfoque de Gênero: os Lugares da Diferença no

Para tanto, têm sido uma constante os exercícios a fim de estabelecermos as mediações teóricas para viabilizarmos a práxis das pesquisas no âmbito da Geografia do trabalho⁴². Em vista disso, já nos está sendo possível, com o andamento das investigações,

*refletir a
dialética da
produção e
reprodução de
relações sociais
de gênero
presentes na
dinâmica
territorial da
Luta pela Terra*

desvendar os processos (estruturais e locais) que criam e reproduzem a ideologia hegemônica de gênero, assim como as práticas de resistência presentes no território da Luta pela Terra, no caminho da transformação e superação das contradições sociais.

Mas quando nos propomos focar a questão agrária no Brasil por dentro do conflito social, estamos preocupados em desenvolver metodologias

Pontal do Paranapanema”, tese de doutorado recentemente concluída de autoria de Maria Franco García, e “A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Uma Questão de Classe e/ou Gênero”, desenvolvido pela mestrandia Renata Cristiane Valenciano, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP/P. Prudente e sob nossa orientação.

⁴² A esse respeito, indicamos dois textos em co-autoria com Maria Franco García: 1) “Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: Interlocução entre Gênero, Trabalho e Território”. In: *Revista Eletrônica Geocritica*, v. 6, n.119, 2002. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-frtbo.htm Também foi publicado na *Revista Terra Livre*, São Paulo, n.19, ano 18, v.2, jul. dez., 2002. 2) “Gênero e Território da Luta pela Terra na Era do Fim do Emprego”. *Revista Abalar*, Santiago de Compostela, n.0, primavera de 2003. Atendemos solicitação dos editores da *Revista Desenvolvimento Econômico* e também permitimos sua publicação por se tratar de periódico com inserção em outro público. Salvador: Unifacs, 2003.

capazes de indicarem as pistas para o entendimento de uma realidade plural, diversa e contraditoriamente redesenhada. Isto é, pretendemos entender de forma imbricada, as formas geográficas que nos indicam os sentidos, os significados e o conteúdo daquilo que por meio dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, demarcam os mecanismos que expressam as diferentes manifestações do trabalho no âmbito da luta pela terra, pela reforma agrária, por melhores salários e condições de vida, etc.

6. Referências Bibliográficas

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, A. (Org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 9-38.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JÚNIOR., A. **Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BOURDIEU, P. **Poder, derecho y classes sociales**. 2ª Edição. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO - ECONÔMICOS. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2002.
- GARCIA-RAMÓN, Maria D. **Regional welfare policies and women's agricultural labour in Southern Spain**. In: GARCIA-RAMÓN, Maria Dolores; MONK, Janice (1996), (eds.) **Women of the European Union: the politics of work and daily life**. Londres: Routledge, 1996.
- GEORGE, P. **O Trabalho**. In: **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- GERMER, C. **Uma crítica da questão agrária entendida como problema do capital**. Curitiba, 2002. (mimeografado).
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **Spaces of hope**. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- HENSMAN, R. **World trade and worker's rights: in search of na internationalist position**. Antipode, Leeds, v.33, n.3, 2001. (Editorial Assistant).
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Agropecuários**. Rio de Janeiro, 1997. (diversos números)
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: São Paulo, 1993.
- LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Maceió: Edufal, 1997.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: o trabalho**. Tradução: Ivo Tonet. Campinas: [s.n.], [1995] Mimeografado.

- MACILROY, J. **Os sindicatos e o Estado.** Do corporativismo ao neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MALAGUTTI, M. L. **Crítica à razão informal.** São Paulo: Boitempo, 2001.
- MARX, K. **Capítulo VI inédito de o capital.** São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.85-169.
- MARTINS, J. de S. Reforma Agrária, o Impossível Diálogo". São Paulo: Edusp, 2001.
- MASSEY, D. O sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org.) **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de Reforma Agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial, do Estado e do controle social do capital.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002. (edição própria).
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. THOMAZ JÚNIOR, A. O Novo Sentido da Luta de Classes e do Controle Social no Meio Rural Uma Contribuição à Geografia do Conflito Capital x Trabalho. **Xeografia, n.12,** Santiago de Compostela, 2003. (Revista do Instituto Universitário de Estudios e Desenvolvimento de Galiza - IDEGA).
- MOREIRA, R. **O Movimento Operário e a Questão cidade-campo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____, **Trabalho & Sociedade,** Rio de Janeiro, v.1, p.13-42, 1989.
- OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo.** Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2003.
- RANIERI, J. **A câmara escura.** São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, D. **A reinvenção do espaço.** São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- SOJA, E. **Thirdspace.** Los Angeles: Blackwell, 1999.
- SMITH, N. **Geografia, diferencia y políticas de escala. Presidente Prudente,** 2002. Texto traduzido por Maria Franco García. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget/textos
- THOMAZ JÚNIOR, A. Território em transe. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS DE DESARROLLO EN IBÉROAMERICANA, 1., 1999, Santiago de Compostela. **Actas...** Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1999.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Desenho social dos sem terra no Brasil. **Revista Abra,** Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A Dignidade Roubada e a Barbárie: Um Espectro Ronda nossas Vidas. **Revista Espaço Aberto. Espaço Acadêmico,** Maringá, ano 1, n. 11, abr., 2002a. disponível em: www.espacoacademico.com.br/11thomaz.htm Acesso em: 10 de novembro de 2002.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002b.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA,** 4. Barcelona, 2002c. Disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm Disponível em: 7 de outubro de 2002.
- THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do

campo no Brasil. **Revista de Geografia**, Dourados, ano 9, n.17, jan. jun., 2003a.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Jogo” de cena e poder de classe no Brasil do Século XXI: a contra-reforma agrária no governo Lula. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n. 1, v. 4, 2003b.

THOMAZ JÚNIOR, A. A (des)ordem societária e territorial do trabalho. Os Limites para a Unificação orgânica. **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 2. Anais, São Paulo, 2004a. (Laboratório de

Geografia Agrária/Universidade de São Paulo).

THOMAZ JÚNIOR, A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Geosul**, Florianópolis, n.37, jan. jun., 2004b.

VIA CAMPESINA, **Linhas Políticas**, s.n.i.

ZEBADÚA, E. **Breve história de Chiapas**. Cidade do México: Fundo de cultura, 1999.

WATERMAN, P. Space, place and the new labour internationalism. **Antipode**, Leeds, v.33, n.3, 2001. 



**OUTRAS
PEGADAS**

Revista *Pegada* Eletrônica
ISSN 1676-3025
V.2, N.2, outubro, 2001

www.prudente.unesp.br/ceget/pegada

Apresentação

Desenho Societal dos Sem-Terra no Brasil (uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho)

Antonio Thomaz Junior

O Engendramento da Crise do Capital nas Redefinições do Mundo do Trabalho e na Reconfiguração Territorial

Marcelo Dornelis Carvalhal

A Luta pela Moradia e o Mundo do Trabalho: unificando o "caracol e sua concha"

Fernanda Keiko Ikuta

A "Questão de Desenvolvimento" nas Reformulações da Política Agrária Brasileira: reflexões iniciais

Jorge Montenegro Gómez

A Questão do Gênero na Encruzilhada Sindical

Terezinha Brumatti Carvalhal

O Discurso Jornalístico: as marcas da representação de classe

Sônia Maria Ribeiro de Souza

Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho

Marcelino Andrade Gonçalves

Processo de Luta Pela Terra e seus Desdobramentos no Município de Teodoro Sampaio

Renata Cristiane Valenciano

As Metamorfoses do Mundo do Trabalho na Agroindústria Canavieira Paulista (algumas reflexões)

Ana Maria Soares de Oliveira

O Movimento Social de Luta pela Terra e Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema

Edvaldo Carlos de Lima

O Trabalho Pluriativo em Presidente Prudente

Sandro Mauro Guirro

Trabalho e Natureza: um discurso a favor da alienação

Fábio Henrique de Campos

A Atividade Canavieira na Brasil: reflexão iniciais

José Roberto Azevedo

Gênero e Trabalho de Mulheres em Assentamentos Rurais